



Caderno de Provas

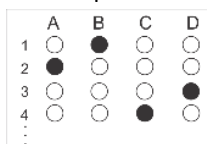
GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Edital Nº. 001/2024 –
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Direito Constitucional, 5 (cinco) questões de Matemática, 10 (dez) questões de Noções de Direito Penal e Processual Penal e 15 (quinze) questões de Legislação Extravagante.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Direito Constitucional	10 questões	20 pontos
Matemática	05 questões	10 pontos
Noções de Direito Penal e Processual Penal	10 questões	20 pontos
Legislação Extravagante	15 questões	30 pontos
TOTAL DA PROVA	50 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

As cordilheiras de cada um

Paloma Oliveto

Algumas histórias são contadas várias vezes em família, despertando o mesmo interesse em quem as escuta. Desde criança, ouvi, sempre com espanto, minha mãe narrar a improvável odisseia de jovens atletas uruguaios que se acidentaram nos Andes chilenos. Para sobreviver, tiveram de comer os cadáveres dos que sucumbiram à queda do avião.

Na nossa narrativa doméstica, o roteiro era acrescido dos enjos que a notícia provocou na minha mãe, grávida de quatro meses. Um programa de televisão exibiu, com destaque, a foto de uma perna, metade comida. Para uma gestante com idade próxima à dos garotos, aquela história foi marcante não só pela compaixão despertada, mas pelas terríveis náuseas que a acompanharam até o nascimento da minha irmã.

Fenômeno de audiência na Netflix e nos cinemas, o filme A Sociedade da Neve reconta o trágico acidente de avião sofrido pelo time de rúgbi Old Christians, no fim de 1972. Em vez de optar pelo sensacionalismo, o diretor espanhol Juan Antonio Bayona conquistou o público ao retratar a coragem e a dignidade daqueles jovens, que fizeram um pacto de solidariedade: "Se eu morrer, pode se alimentar do meu corpo".

O filme de Bayona segue o roteiro do livro homônimo do jornalista uruaio Paulo Vierci, que intercala os detalhes dos 72 dias que se seguiram à queda do avião com o comovente depoimento de cada um dos que voltaram dos Andes. Tudo, nas 435 páginas, impressiona. Mas, para além da epopeia em si, é impactante a compreensão, por parte dos sobreviventes, de que nenhuma dor deve ser minimizada, e que a nossa não é maior do que a de ninguém. "Todos atravessam sua própria cordilheira", diz o cardiologista Roberto Canessa, responsável, na época, por convencer os colegas a recorrer à antropofagia.

Em seu depoimento a Vierci, o empresário Carlitos Páez conta que, quando chegou em casa, a mãe revelou, em tom dramático, que nossa cachorrinha chihuahua tinha morrido. Na hora, estranhou: ora, não tinha ele perdido 29 amigos? Páez, porém, não estava se desfazendo do sentimento da mãe. Ao contrário: "O que me levou a compreender que prazer e dor são relativos e subjetivos, que não existe um 'dorímetro' nem um 'angustiômetro' para medir o sofrimento".

Há 11 anos, minha mãe morreu, três meses depois do falecimento do meu pai. Uma de suas últimas referências à tragédia dos Andes foi comparar os enjos do tratamento agressivo com as náuseas dos tempos do acidente aéreo. Algumas semanas antes de ela ser internada pela última vez, um amigo me contava o quanto estava triste pelo fim do namoro. No meio da conversa, pediu desculpas e disse que aquilo não tinha importância. Como se estivéssemos comparando nossos "dorímetros"...

Temos de respeitar a travessia de cada um. Algumas podem parecer mais acidentadas, mas, para quem as enfrenta, a dificuldade é a mesma. Ao sobreviver a um inverno rigoroso, à fome e ao dilema ético de comer os corpos dos amigos, 16 jovens uruguaios deixam uma importante lição, além da resiliência: a pior cordilheira é aquela da qual tentamos sair.

Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/opiniaio/2024/04/6828529-as-cordilheiras-de-cada-um.html> [Adaptado]

- 01.** Considerando a sua totalidade, o texto objetiva, prioritariamente,
- A) divulgar o filme A Sociedade da Neve do diretor espanhol Juan Antonio Bayona.
 - B) noticiar o trágico acidente de avião ocorrido na cordilheira dos Andes em 1972.
 - C) avaliar a capacidade de sobrevivência dos seres humanos a situações adversas.
 - D) defender que não há como quantificar o sofrimento vivido individualmente pelas pessoas.
- 02.** Para compreender de maneira eficiente o propósito comunicativo do texto, o leitor deve acionar, prioritariamente,
- A) as informações implícitas.
 - B) as relações intertextuais.
 - C) o sentido conotativo da palavra "cordilheira".
 - D) o sentido denotativo da palavra "cordilheira".

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

03. No texto, o uso de aspas marca

- A) citação direta e ironia.
- B) citação direta e neologismo.
- C) exclusivamente neologismo.
- D) exclusivamente citação indireta.

04. No último parágrafo, a palavra “resiliência” é utilizada como

- A) adjetivo, cujo antônimo é rigidez.
- B) substantivo, cujo sinônimo é superação.
- C) adjetivo, cujo sinônimo é vulnerabilidade.
- D) substantivo, cujo antônimo é resistência.

05. Os dois primeiros parágrafos caracterizam-se, predominantemente, pela presença da sequência

- A) narrativa, marcada pela presença de verbos no pretérito perfeito do indicativo.
- B) narrativa, marcada pela presença de verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- C) descritiva, marcada pela presença de verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- D) descritiva, marcada pela presença de verbos no pretérito perfeito do indicativo.

Para responder às questões 6 e 7, analise o parágrafo a seguir.

O filme de Bayona segue o roteiro do livro homônimo do jornalista uruguaio Paulo Vierci, que intercala os detalhes dos 72 dias que se seguiram à queda do avião com o comovente depoimento de cada um dos que voltaram dos Andes. Tudo, nas 435 páginas, impressiona. Mas, para além da epopeia em si, é impactante a compreensão, por parte dos sobreviventes, de que nenhuma dor deve ser minimizada, e que a nossa não é maior do que a de ninguém. "Todos atravessam sua própria cordilheira", diz o cardiologista Roberto Canessa, responsável, na época, por convencer os colegas a recorrer à antropofagia.

06. Considerando o modo de organização das ideias no parágrafo, a ideia central do parágrafo está

- A) diluída no primeiro e quarto períodos.
- B) diluída no primeiro e segundo períodos.
- C) localizada, exclusivamente, no terceiro período.
- D) localizada, exclusivamente, no segundo período.

07. A conjunção “Mas” é utilizada para interligar

- A) orações e introduzir uma adição.
- B) períodos e introduzir uma explicação.
- C) orações e introduzir uma consequência.
- D) períodos e introduzir uma contraposição.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

Para responder às questões 8 e 9, analise o período a seguir.

Para uma gestante com idade próxima à dos garotos, aquela história foi marcante não só pela compaixão despertada, mas pelas terríveis náuseas que a acompanharam até o nascimento da minha irmã.

08. Considerando a regência das palavras, a presença de acento grave, nessa oração,

- A) se justifica, pois há uma preposição exigida pelo substantivo “idade”.
- B) não se justifica, pois não há um artigo exigido pelo substantivo “idade”.
- C) se justifica, pois ocorre a fusão da preposição “a” exigida pelo adjetivo “próxima” e do artigo feminino admitido pelo substantivo “idade”.
- D) não se justifica, pois não ocorre a fusão da preposição “a” exigida pelo adjetivo “próxima” e do artigo masculino admitido pelo substantivo “garotos”.

09. O termo em destaque é um

- A) pronome pessoal do caso reto que antecipa um termo “irmã”.
- B) pronome pessoal do caso oblíquo que retoma o termo “gestante”.
- C) artigo feminino que retoma o termo “gestante”.
- D) preposição que antecipa o termo “irmã”.

10. Leia o período a seguir.

Em seu depoimento a Vierci, o empresário Carlitos Páez conta que, quando chegou em casa, a mãe revelou, "em tom dramático, que nossa cachorrinha chihuahua tinha morrido".

Considerando a relações sintático-semânticas do português escrito padrão e o uso da vírgula, é correto afirmar:

- A) a segunda e a terceira vírgulas demarcam a intercalação de uma oração adverbial.
- B) a quinta vírgula demarca uma oração adjetiva explicativa.
- C) a terceira e quarta vírgulas demarcam um aposto.
- D) a primeira vírgula demarca um vocativo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIREITO CONSTITUCIONAL

11. De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, é correto afirmar que
- A) as mulheres e os homens são iguais em direitos, mas com obrigações diferentes, nos termos dessa Constituição.
 - B) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo quando for preso em flagrante delito por ter cometido crime hediondo.
 - C) a intimidade, a vida privada e a honra são invioláveis, exceto quando for cometido crime de natureza grave, autorizando a exposição pessoal e individual de imagens de pessoas.
 - D) ninguém pode penetrar em uma casa, sem consentimento do morador, pois ela é asilo inviolável do indivíduo, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
12. A Constituição Federal Brasileira de 1988 determina que
- A) a lei penal nunca retroagirá.
 - B) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
 - C) a prática do racismo constitui crime, e o acusado poderá ser solto mediante pagamento de fiança.
 - D) a lei não punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e das liberdades fundamentais, porque depende da avaliação da população confirmar o fato.
13. Conforme o Art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, no Brasil, haverá penas de
- A) trabalhos forçados.
 - B) trabalhos obrigatórios.
 - C) caráter perpétuo.
 - D) morte, salvo em caso de guerra declarada.
14. De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por princípios, tais como
- A) independência nacional, prevalência dos direitos humanos, defesa de guerra, solução reativa dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - B) independência nacional, prevalência dos direitos sociais, autodeterminação dos povos e intervenção por necessidade, defesa de guerra e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - C) independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
 - D) independência nacional, prevalência dos direitos humanos, isolamento cultural dos povos, reconhecimento de diferença entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.
15. De acordo com o artigo 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988, os cinco princípios básicos da Administração Pública que condicionam o padrão que as organizações administrativas devem seguir são:
- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - B) pessoalidade, moralidade, seguridade, ações públicas e eficiência.
 - C) culturalidade, legalidade, integração, eficácia administrativa e pluripartidarismo.
 - D) moralidade, impessoalidade, generalidade, legalidade, distinção pública e eficiência.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

16. A soberania popular, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, será exercida, com valor igual para todos e nos termos da lei, pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, mediante
- A) plebiscito, referendo e iniciativa popular.
 - B) indicação política, plebiscito e refendo social.
 - C) referendo, procuração e votação indireta pelo Congresso Nacional.
 - D) refendo social, plebiscito e votação pelo Supremo Tribunal Federal.
17. O alistamento eleitoral e o voto, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, são
- A) obrigatórios para os analfabetos.
 - B) obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
 - C) facultativos para os maiores de sessenta cinco anos.
 - D) facultativos para os maiores de dezoito anos e menores de vinte anos.
18. Os direitos humanos são direitos naturais garantidos a todos os indivíduos, independente de classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político. Na definição da Organização das Nações Unidas, consistem em “garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana”. Por meio da teoria geracional, é possível distribuir os direitos humanos em três gerações:
- A) ação, reação e atitudes.
 - B) criação, princípios e valores.
 - C) formação, criação e distribuição.
 - D) liberdade, igualdade e fraternidade.
19. O Presidente da República, segundo a Constituição Federal Brasileira, pode decretar estado de defesa. Este determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará as medidas coercitivas a vigorarem. Essa(s) medida(s) coercitiva(s) é/são:
- A) prisão sem justa causa.
 - B) prisão ou detenção de qualquer pessoa, superior a 50 dias e inferior a 30 dias.
 - C) ocupação e uso permanente de bens e serviços públicos, na hipótese de suspeita de traição.
 - D) restrições aos direitos de reunião, de sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
20. A segurança pública, conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
- A) polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e polícias penais estaduais e municipais.
 - B) polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia judiciária federal e estadual, polícias civis, polícias militares e polícias penais federal, estaduais e distrital.
 - C) polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares e polícias penais federal, estaduais e distrital.
 - D) polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares e polícias penais federal, estaduais e distrital e polícias do congresso nacional e judicial.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – MATEMÁTICA

21. Um jardineiro está plantando flores em um canteiro. Ele plantou $\frac{1}{4}$ das flores pela manhã e, à tarde, mais $\frac{3}{8}$ das flores. Se ele já plantou 30 flores, o total de flores que ele pretende plantar é

- A) 18.
- B) 28.
- C) 38.
- D) 48.

22. Em uma brincadeira, quatro pessoas estão retirando bolinhas de uma urna. A urna contém 10 bolinhas, cada uma de uma cor diferente. Cada pessoa retira uma bolinha, olha a sua cor e a devolve à urna para o próximo participante fazer o mesmo procedimento. A probabilidade de haver alguma coincidência de cor nas bolinhas retiradas pelas pessoas é igual a

- A) $\frac{38}{125}$.
- B) $\frac{62}{125}$.
- C) $\frac{63}{125}$.
- D) $\frac{77}{125}$.

23. Em uma cidade, há duas torres de comunicação localizadas em pontos distintos. Essas torres são utilizadas para transmitir sinais de rádio e televisão. Um engenheiro precisa determinar a equação da reta que representa a linha de visão entre essas duas torres. As coordenadas dos pontos das torres são as seguintes:

- Torre A: $A(-3,2)$
- Torre B: $B(5,-4)$

A equação geral da reta que representa a linha de comunicação entre as duas torres é:

- A) $x + 3y + 1 = 0$.
- B) $x + 4y - 1 = 0$.
- C) $3x + y - 11 = 0$.
- D) $3x + 4y + 1 = 0$.

24. Suponha que, na cidade de Parnamirim/RN, há quatro postos de guarda municipal: A, B, C e D. O posto A tem 12 guardas; o B, 18; o C, 15; e o D, x . Se a média aritmética do número de guardas nos quatro postos é 16, o número de guardas no posto D é

- A) 15.
- B) 17.
- C) 19.
- D) 21.

25. Suponha que, no estado do Rio Grande do Norte, a quantidade de guardas municipais em cada posto forma uma progressão geométrica. Sabendo que, no posto A, há 10 guardas; no B, 20; e, no C, 40, a soma total de guardas nos primeiros 10 postos, se a sequência continuar, é

- A) 1023.
- B) 5120.
- C) 10230.
- D) 12450.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

26. Ao se apropriar de valor ou outro bem móvel particular, cuja posse detém em razão do cargo, o servidor público está praticando o crime de
- A) furto.
 - B) peculato.
 - C) concussão.
 - D) estelionato.
27. O artigo 25 do Código Penal Brasileiro prevê que uma pessoa pode se defender ou defender outra pessoa na hipótese de sofrer ou estar na iminência de sofrer uma agressão, sem que isso seja considerado um crime. Este é o conceito legal de
- A) legítima defesa.
 - B) estado de necessidade.
 - C) estado de necessidade putativo.
 - D) exercício regular do direito.
28. De acordo com o Código Penal Brasileiro, a prisão de alguém poderá ser feita
- A) em virtude de ordem do delegado de Polícia.
 - B) sem qualquer formalidade, desde que o agente seja subversivo.
 - C) em flagrante ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente.
 - D) imediatamente, quando existam suspeitas sobre a conduta punível do indivíduo.
29. Baseado no Código Penal Brasileiro, em relação à prisão em flagrante, sabe-se que
- A) apenas os agentes de segurança pública podem realizar prisão em flagrante.
 - B) todo brasileiro tem o dever de efetuar prisão em flagrante, com ou sem auxílio de autoridade competente.
 - C) todo cidadão tem obrigação de realizar prisão em flagrante, e apenas as autoridades policiais podem efetuar prisão mediante mandado de prisão.
 - D) as autoridades e os agentes têm o dever de prender aqueles que são encontrados em delito flagrante, enquanto os cidadãos comuns têm a opção de fazê-lo ou não.
30. De acordo com o que o Código Penal Brasileiro determina sobre a prisão em flagrante, é correto afirmar:
- A) A prisão em flagrante pode ser realizada, indiscriminadamente, por qualquer pessoa do povo.
 - B) Pode se realizar a prisão em flagrante nos casos em que a infração acabou de ser praticada.
 - C) É aplicável a prisão em flagrante às infrações penais sujeitas à competência dos juizados especiais criminais.
 - D) A violação do domicílio, sem mandado de prisão, é permitida, quando se trata de uma situação de flagrante delito.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

- 31.** Apropriação indébita, de acordo com o Código Penal Brasileiro, consiste
- A) no apoderamento de coisa alheia móvel, sem o consentimento do proprietário.
 - B) no apoderamento de coisa alheia móvel, com o fim de assenhoreamento definitivo.
 - C) em subtrair coisa móvel pertencente a outrem por meio de violência ou de grave ameaça.
 - D) em subtrair coisa alheia sem utilização de ameaça, violência, rompimento ou destruição de obstáculo.
- 32.** Na fase do inquérito policial, conforme o Código de Processo Penal Brasileiro, o sujeito ativo recebe a denominação de
- A) indiciado.
 - B) detento.
 - C) denunciado.
 - D) querelante.
- 33.** Sobre busca e apreensão, o Código de Processo Penal Brasileiro determina que
- A) a busca poderá ser domiciliar, pessoal e material.
 - B) as buscas domiciliares serão executadas durante o dia e/ou durante à noite, mesmo sem o consentimento do morador.
 - C) a busca pessoal em mulheres será feita por outra mulher e, em estado de urgência, por homem para não haver retardamento ou prejuízo da diligência.
 - D) proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para prender criminosos e apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.
- 34.** A prisão temporária, segundo o Código de Processo Penal Brasileiro, será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de
- A) 05 dias.
 - B) 10 dias.
 - C) 15 dias.
 - D) 20 dias.
- 35.** Nos crimes de ação pública, o Código de Processo Penal Brasileiro determina que o inquérito policial será iniciado
- A) de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária e a requerimento do ofendido.
 - B) de ofício, por determinação legal do poder executivo, mediante requisição da autoridade policial e a requerimento do ofendido.
 - C) por determinação legal administrativa, mediante requisição da autoridade policial e a requerimento do acusado.
 - D) por determinação legal administrativa, mediante requisição da autoridade judiciária e a requerimento do ofendido.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Para responder às questões 36, 37 e 38, considere a Lei Federal Nº 13.022/2014, que institui o Estatuto das Guardas Municipais.

- 36.** Conforme o Art. 3º dessa lei, são princípios mínimos de atuação das guardas municipais:
- A) preservação do meio de vida e uso preventivo da força.
 - B) proteção dos direitos de todos e patrulhamento repressivo.
 - C) preservação da propriedade privada e proteção das liberdades individuais.
 - D) proteção dos direitos humanos fundamentais e patrulhamento preventivo.
- 37.** É competência geral das guardas municipais:
- A) proteção tanto da população quanto das instalações públicas.
 - B) ronda ostensiva e repressiva para preservar a ordem pública.
 - C) preservação da sociedade, das unidades de ensino público e dos espaços verdes.
 - D) proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
- 38.** Uma das competências específicas das guardas municipais é
- A) zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos.
 - B) contribuir no estudo de impacto e na segurança nacional, conforme plano diretor dos municípios.
 - C) encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário.
 - D) proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental estadual, inclusive adotando medidas socioeducativas e repressivas, caso seja necessário.
- 39.** De acordo com a Lei Complementar Municipal Nº 138/2018 (Lei de Criação da Guarda Municipal de Parnamirim/RN), a Guarda Municipal será vinculada
- A) ao Ministério Público do Estado.
 - B) à Prefeitura Municipal de Parnamirim.
 - C) à Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social (SESED).
 - D) à Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Mobilidade (SESDEM).
- 40.** Conforme a Lei de Criação da Guarda Municipal de Parnamirim/RN, a Guarda do Município desempenhará função de vigilância e fiscalização ostensiva, de caráter preventivo, zelando pelo respeito à Constituição, às leis, à proteção do patrimônio e à incolumidade pública, adotando como princípio básico, entre outros,
- A) o patrulhamento ostensivo.
 - B) a responsabilidade com a paz social comunitária.
 - C) a preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.
 - D) o uso seletivo da força de acordo com a proporcionalidade aplicada com armas de fogo.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

41. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, Lei Federal No 10.826/2003, é considerado porte irregular de arma de fogo de uso permitido:
- A) adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
 - B) portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
 - C) possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
 - D) possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.
42. De acordo com a Lei Maria da Penha, Lei Federal No 11.340/2006, configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial,
- A) sem qualquer relação de afeto, na qual o agressor tenha convivido com a ofendida.
 - B) no âmbito externo familiar, compreendido como uma comunidade de vizinhos, unidos por laços geográficos.
 - C) no ambiente de trabalho, compreendido como o espaço de convívio periódico de pessoas, inclusive as esporadicamente prestadoras de serviço externo.
 - D) no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.
43. A Lei Maria da Penha determina que, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deverá adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:
- A) determinar que se proceda ao exame pericial da ofendida e do agressor.
 - B) tentar acalmar os ânimos para reatar, pacificamente, o agressor e a agredida.
 - C) ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada.
 - D) remeter, no prazo de 24 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
44. De acordo com a Lei Federal No 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos, o homicídio é considerado um crime hediondo quando
- A) cometido no período da noite.
 - B) cometido de forma culposa ou dolosa.
 - C) praticado somente por pessoa do sexo masculino.
 - D) praticado em atividade típica de grupo de extermínio ou for um homicídio qualificado.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

45. São considerados crimes hediondos, conforme a Lei Federal No 8.072/1990,
- A) estupro de vulnerável, genocídio, furto qualificado e extorsão grave.
 - B) estupro de vulnerável, roubo qualificado, extorsão e lesão corporal de natureza grave.
 - C) estupro, homicídio qualificado, epidemia e porte ilegal de arma de fogo.
 - D) estupro, genocídio, extorsão mediante sequestro e lesão corporal de dolosa de natureza gravíssima.
46. É considerado, de acordo com a Lei Federal No 13.869/2019, sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a
- A) servidores privados ou pessoas próximas.
 - B) servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas.
 - C) membros de associações que tenham poder social.
 - D) membros de agremiações culturais que usem do poder para se beneficiarem.
47. Conforme a Lei Federal No 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobre atos infracionais é correto afirmar que
- A) são penalmente inimputáveis os menores de dezoito de anos, sujeitos às medidas previstas na lei.
 - B) considera-se contravenção penal a conduta descrita como crime adotada aos adolescentes.
 - C) devem ser considerados, para os efeitos dessa Lei, a idade do adolescente e os seus pais biológicos.
 - D) corresponderão ao ato infracional praticado por criança as medidas previstas ao adolescente, mas que exija a presença dos pais na audiência de custódia.
48. De acordo com o ECA, em caso de apuração do ato infracional cometido por adolescente,
- A) o infrator apreendido, por força de ordem judicial, será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.
 - B) o infrator apreendido, em flagrante delito, por crime consumado, será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.
 - C) o infrator apreendido, em flagrante delito, por crime cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, o Ministério Público deverá ouvir as testemunhas e o adolescente.
 - D) o infrator apreendido, em caso de flagrante delito do crime cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão, ouvindo as testemunhas e o adolescente.
49. De acordo com a Lei Federal No 10.741/2003 (Estatuto Idoso), é correto afirmar:
- A) Prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa é direito dos familiares.
 - B) Importará em punição administrativa apenas à pessoa física, nos termos da lei, a inobservância das normas de prevenção ao cuidado do idoso.
 - C) Todo funcionário público tem a obrigação de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação do Estatuto do Idoso de que tenha conhecimento.
 - D) Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DA GUARDA MUNICIPAL – PARNAMIRIM/RN
EDITAL Nº 001/2024

50. O Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei Federal Nº 9.503/1997, determina que é competência dos órgãos e das entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição,
- A) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito nacional.
 - B) implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário.
 - C) estabelecer, em conjunto com as polícias militares e civis, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.
 - D) executar a fiscalização de trânsito em edificações de uso público, não se plicando essa fiscalização em edificações privadas de uso coletivo.